

Representantes dos colegiados e convidados(as):
Comitê de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral, do Assédio Sexual e da Discriminação no Primeiro Grau
Comitê de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral, do Assédio Sexual e da Discriminação no Segundo Grau
Comitê Regional do Programa de Equidade de Raça, Gênero e Diversidade
Biênio 2024/2026

Ata de reunião Conjunta n. 7/2026

1. Informações da reunião

Data: 15/05/2026

Hora: 16h

Tipo: extraordinária

Formato: online

Plataforma: Google Meet

2. Participantes

Magistrada Coordenadora do Comitê de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral, do Assédio Sexual e da Discriminação no Primeiro Grau	Laura Rodrigues Benda
Magistrado Coordenador do Comitê Regional do Programa de Equidade de Raça, Gênero e Diversidade	Roberto Vieira de Almeida Rezende*
Magistrada Coordenadora do Comitê Regional do Programa de Equidade de Raça, Gênero e Diversidade	Itatiara Meurilly Silva Lourenço
Participante da equipe do Projeto de Consultoria em Diversidade CEERT, membra do Comitê de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral, do Assédio Sexual e da Discriminação no Primeiro Grau, lotada na Secretaria de Gestão de Pessoas	Denize Mota*
Participante da equipe do Projeto de Consultoria em Diversidade CEERT, membra dos Comitês de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral, do Assédio Sexual e	Ariene Virgínia Duarte da Costa

da Discriminação no Primeiro e no Segundo Grau; do Comitê Regional do Programa de Equidade de Raça, Gênero e Diversidade; integrante, lotada na Seção de Serviço Social	
Participante da equipe do Projeto de Consultoria em Diversidade CEERT, membra dos Comitês de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral, do Assédio Sexual e da Discriminação no Primeiro e no Segundo Grau, lotada na Seção de Acessibilidade e Inclusão	Renata de Souza Santos
Participante da equipe do Projeto de Consultoria em Diversidade CEERT, membra do Comitê de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral, do Assédio Sexual e da Discriminação no Primeiro Grau, lotada na Secretaria da 69ª Vara do Trabalho	Fernanda Izidio de Oliveira Cimino*
Participante da equipe do Projeto de Consultoria em Diversidade CEERT, membra do Comitê de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral, do Assédio Sexual e da Discriminação no Primeiro Grau; lotada na Presidência	Ana Paula Cury Haddad Pontes de Miranda Vidal*
Participante da equipe do Projeto de Consultoria em Diversidade CEERT, membra do Comitê Regional do Programa de Equidade de Raça, Gênero e Diversidade e lotada na Núcleo de Governança das Contratações	Luciana Barroso da Silva*
Participante da equipe do Projeto de Consultoria em Diversidade CEERT, membro do Comitê Regional do Programa de Equidade de Raça, Gênero e Diversidade, lotado na Seção de Equidade de Raça, Gênero e Diversidade	Filipe Gioielli Mafalda
Participante da equipe do Projeto de Consultoria em Diversidade CEERT, lotada na Seção de Gestão de Indicadores Institucionais	Adriana Domanoski Gurniak
Participante da equipe do Projeto de Consultoria em Diversidade CEERT, lotada na Seção de Psicologia	Claudia Nakamura Alencar*
Participante da equipe do Projeto de Consultoria em Diversidade CEERT, lotada na Ouvidoria	Claudia Polachini Kayatt*
Participante da equipe do Projeto de Consultoria em Diversidade CEERT, lotado na Seção de Gestão das Competências e Seleção	Saulo Silveira da Silva*

Participante da equipe do Projeto de Consultoria em Diversidade CEERT, lotado na Seção de Controle Administrativo de Terceirização Residente	Marcelo Goncarov Costa*
Gabinete Desembargador Valdir Florindo	Juliana Martins
Integrante do Comitê Regional do Programa de Equidade de Raça, Gênero e Diversidade	Larissa Natalia Soares Fonseca
Secretaria de Comunicação Social	Fernanda Porcaro*

*Ausências justificadas	
Nome	Motivo
Roberto Vieira de Almeida Rezende	Outras demandas institucionais
Denize Mota	Outras demandas institucionais
Fernanda Izidio de Oliveira Cimino	Férias / Licença
Ana Paula Cury Haddad Pontes de Miranda Vidal	Outras demandas institucionais
Luciana Barroso da Silva	-
Claudia Polachini Kayatt	-
Claudia Nakamura Alencar	Férias / Licença
Saulo Silveira da Silva	-
Marcelo Goncarov Costa	-
Fernanda Porcaro	-

3. Pauta	
Item	Assunto
I	Capacitação interna e utilização da verba recebida do TST
II	Formulários e Fluxos de Comunicação

III	Tratamento das notícias quando anônimas;
IV	Composição e unidade de apoio dos Comitês;
V	Projeto Piloto: Roda de Conversa em Guarulhos
VI	Gestão do Conhecimento

4. Breve relato

A reunião foi iniciada pela Magistrada Laura Rodrigues Benda, que confirmou o quórum, registrou as presenças e contextualizou os trabalhos como continuidade do processo de revisão da Política de Prevenção e Enfrentamento ao Assédio Moral, Sexual e à Discriminação.

Na sequência, a Dra. Laura Brenda prosseguiu com a pauta.

I. Capacitação interna e utilização da verba recebida do TST (Educar para Combater e Prevenir o Assédio Institucional, Assédio Moral, Assédio Sexual, o Racismo e Demais Formas de Discriminação no TRT-2)

O Tribunal recebeu uma verba de R\$ 20.000,00, via [edital do CSJT](#), que precisa ser empenhada e utilizada até novembro de 2026, a ser destinada à capacitação das pessoas integrantes das Unidades e Colegiados responsáveis pelo acolhimento, encaminhamento, relatoria e decisão quanto às notícia de assédio, racismo e discriminação no TRT-2.

O prazo final previsto para a capacitação é setembro de 2026 ([Projeto Educar para combater e prevenir o assédio institucional, assédio moral, assédio sexual, o racismo e demais formas de discriminação no TRT-2](#)).

Os participantes debateram possíveis formatos para aplicação dos recursos, dentre eles:

- capacitações voltadas ao acolhimento institucional;
- treinamentos práticos em escuta qualificada;
- desenvolvimento de conteúdos permanentes na plataforma EJud;
- cursos gravados e materiais de gestão do conhecimento;
- parcerias com outros órgãos do Judiciário, especialmente em temas de justiça restaurativa.

Foi destacada a importância de que a capacitação possua caráter contínuo, considerando a futura troca de gestão dos comitês prevista para outubro de 2026.

Também foi ressaltada a necessidade de construção de protocolos uniformes de acolhimento e processamento das notícias de assédio, com foco em padronização institucional.

Foi sugerida a criação de um curso na plataforma da EJud para garantir a gestão do conhecimento para as próximas gestões.

Filipe Gioielli alertou que cursos autoinstrucionais levam cerca de seis meses para produção, enquanto gravações simples demoram dois meses.

A magistrada Laura Brenda reforçou a importância da capacitação ser em modalidade presencial com gravação para viabilizar o acesso ao conteúdo pelas pessoas indicadas para o próximo biênio.

Mencionada a possibilidade de treinamento em escuta ativa com o CVV (Centro de Valorização à Vida).

Deliberação: Agendar reunião com a equipe do TRF-3 para verificar a possibilidade de parcerias e cursos já estruturados que possam ser personalizados para o TRT2.

II. Formulários e Fluxos de Comunicação

Adriana Gurniak informou que o formulário para notícia de assédio e discriminação está pronto para validação com a TI. Os formulários específicos de racismo e acolhimento aguardam a finalização da nova norma.

Informou-se sobre a tramitação da nova política de prevenção e enfrentamento do assédio moral, do assédio sexual e de todas as formas de discriminação: A norma já foi aprovada e está em fase final de conferência na Presidência antes do envio para publicação.

Quanto ao plano de comunicação esclareceu-se que a SECOM já iniciou a gravação de vídeos sobre assédio eleitoral e está ciente da necessidade da implementação do referido plano para o prêmio do CNJ até agosto.

Deliberação: confirmar com a SECOM o plano de comunicação.

III. Tratamento de notícias anônimas para fins estatísticos

Discutiu-se sobre o conflito entre o medo de retaliação das vítimas e a necessidade de registrar as informações não apenas para fins estatísticos, mas como forma de efetivar a política de prevenção e enfrentamento do assédio, mapeando e monitorando as denúncias para planejamento da atuação dos Comitês.

Reforçou-se a proibição de notícias anônimas pela norma do CNJ e que muitos acolhimentos não se tornam denúncias formais por receio de exposição e eventuais perseguições.

Deliberações: Considerando que outros registros contra a mesma pessoa podem ser utilizados em favor da vítima, como indício de prova, e que a norma do CNJ garante o sigilo da identidade da pessoa noticiante, decidiu-se que, mesmo em casos onde a vítima não deseja formalizar, o acolhimento deve ser registrado para fins estatísticos com os seguintes indicadores mínimos, quando possível e sempre preservando a vontade da pessoa, o sigilo e a confidencialidade: **local (fórum/unidade), tipo de assédio (moral, sexual, racismo,etc) e tipo de hierarquia (vertical ou horizontal).**

Estabeleceu-se que o ideal é que o registro de todos os acolhimentos realizados, inclusive os anônimos, devem passar pela Ouvidoria para compilação em planilha sigilosa, permitindo identificar unidades com maior incidência, com acesso à pedido pelos Comitês de Assédio e correlatos.

IV. Composição e unidade de apoio dos Comitês

Proposta de inclusão de um membro fixo da Secretaria de Saúde (preferencialmente profissional técnico como psicólogo ou assistente social) na composição dos comitês.

Debateu-se a necessidade de alterar o apoio técnico da DGA, que possui perfil operacional, e transferi-lo para uma área técnica específica, como uma assessoria de Direitos Humanos, de acordo com os resultados da Consultoria do CEERT ou outra unidade de perfil técnico, ou a Seção de Equidade de Raça, Gênero e Diversidade.

Deliberações: Agendar reunião com a Secretária de Saúde sobre fluxos de atendimento e a inclusão de membro fixo (preferencialmente profissional técnico como psicólogo ou assistente social) na composição dos comitês.

V. Projeto Piloto: Roda de Conversa em Guarulhos

Decidiu-se por realizar rodas de conversa separadas para chefias/diretores(as) e servidores(as), para evitar inibições. O foco em Guarulhos será com servidores(as), devido aos dados estatísticos de assédio vertical na localidade.

A estratégia para alcançar magistrados(as) será propor uma formação de 1 a 2 horas dentro da Semana Institucional em agosto.

Deliberações: A roda de conversa em Guarulhos foi transferida para agosto.

IV. Gestão do Conhecimento

Adriana mencionou um projeto de norma da Secretaria de Gestão Estratégica sobre gestão do conhecimento em colegiados.

Deliberações: verificar a possibilidade do Comitê de Assédio servir como piloto para este projeto ou se o comitê criará seu próprio manual e protocolos práticos de sucessão, com apoio da Seção de Estratégia.

Agendada a próxima reunião para o dia 18.06.2026, às 15 horas.

Nada mais havendo, Dra. Laura Brenda encerrou a reunião.

6. Próxima reunião

18 de junho de 2026, às 15 horas.

7. Assinatura do(a) coordenador(a) do colegiado

Assinatura eletrônica, conforme selo de autenticidade.